

Arquivado o pedido de intervenção



Agência Brasil

Contrariado

O ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, que era favorável à análise do pedido de intervenção, pediu demissão após o arquivamento do pedido

FHC anuncia novo ministro da Justiça

Brasília - O presidente Fernando Henrique Cardoso foi surpreendido ontem com o pedido de demissão do ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior. Ao tomar conhecimento da decisão do ministro, o presidente ligou para Reale Júnior dizendo que sua decisão "era descabida", pois não estava em questão a confiança que o presidente depositava nele.

Reale, por telefone, reiterou sua decisão ao presidente, que a partir de então considerou demitido o ministro da Justiça. As informações foram dadas à noite pelo porta-voz da Presidência, Alexandre Parola.

Novo ministro

Fernando Henrique Cardoso, o da Justiça parece ser o mais problemático. Ao longo dos dois mandatos do presidente, a pasta foi a que apresentou o maior grau de rotatividade e o jurista Miguel Reale Júnior é seu oitavo titular. Reale Júnior substituiu o deputado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que por força da Lei Eleitoral deixou o cargo em 3 de abril, para concorrer à reeleição.

O anúncio da escolha do novo ministro foi cercado de expectativas, porque o presidente da República e seus auxiliares prometeram ao País um nome de peso na área jurídica.

A promessa foi cumprida com a nomeação de Reale Júnior - que, porém, enfrentou problemas no governo, como

Presidente define que ES terá força-tarefa

Brasília - O presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) defendeu ontem, em reunião com o procurador Geraldo Brindeiro, que o crime organizado no Espírito Santo seja combatido por uma força-tarefa federal. "O presidente me autorizou a dizer que tem entendimentos no sentido de viabilizar uma força-tarefa análoga à do Rio de Janeiro, com apoio da Polícia Federal (PF)", declarou Brindeiro, ontem à tarde.

De acordo com Brindeiro, essa seria "a melhor solução operacional" para a situação do Espírito Santo, uma vez que não haveria "viabilidade política" para uma intervenção a seis meses do fim de Governo - na opinião dele - nem mes-

Procurador alegou dificuldade política. Medida levou ministro a deixar cargo

Brasília - O ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, anunciou ontem a sua demissão, logo depois de o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, informar que, em acordo com o presidente Fernando Henrique Cardoso, não faria uma representação pedindo a intervenção federal no Espírito Santo.

A medida havia sido recomendada, na semana passada, pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), do Ministério da Justiça, como forma de combater a corrupção e o crime organizado no Estado.

Na semana passada, após a reunião do CDDPH, Brindeiro afirmou que tudo o levaria a dar

um parecer favorável ao pedido de intervenção, mas ontem tentou justificar a manifestação como uma declaração de respeito ao órgão do Ministério da Justiça. "Não houve nenhuma mudança, pois tomei a decisão hoje." Conforme Brindeiro, embora discorde da possibilidade jurídica de o STF analisar o pedido de intervenção, havia um precedente que permitiria, em tese, encaminhar a representação.

Em 1991, o Supremo examinou uma proposta de intervenção em Mato Grosso feita pelo então procurador-geral da República, Aristides Junqueira, mas a rejeitou no conteúdo. "Desde que houvesse viabilidade política, eu poderia, quem sabe, fazer essa representação, já que o próprio Supremo tinha admitido em tese essa possibilidade, mas verifico a impossibilidade política", explicou.

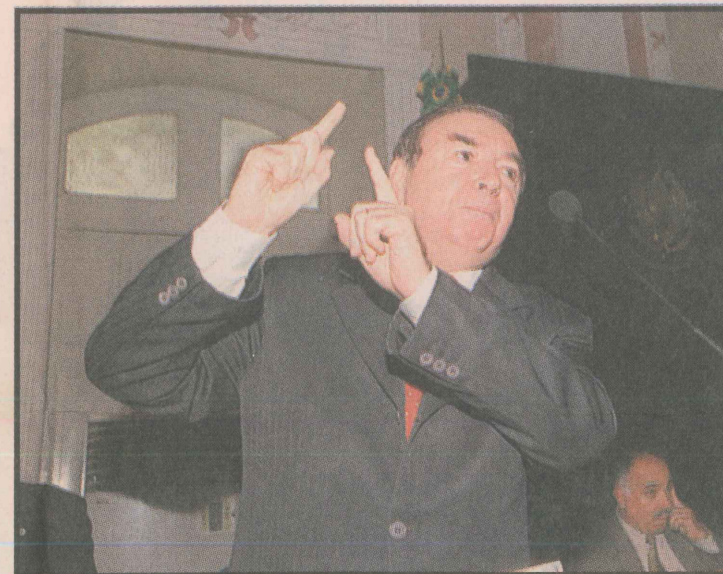
Presidente

Brindeiro explicou que agia em acordo com Fernando Henrique. "Houve uma mani-

festação do ministro da Justiça, que não corresponde à posição do Presidente da República a respeito da matéria", afirmou Brindeiro, no fim da tarde, depois de uma reunião de uma hora e 30 minutos com o presidente, pela manhã.

Comunicado da declaração, Reale Júnior mandou avisar, de São Paulo, que cancelou a viagem para a Costa Rica, onde seria recebido pelo presidente Abel Pacheco de la Espriella, e que voltaria hoje a Brasília, com o objetivo de entregar o cargo.

A audiência com FHC, segundo Brindeiro, foi pedida por ele próprio para verificar a "viabilidade política" da intervenção. Se aprovada pelo Supremo Tribunal Federal, a iniciativa teria de ser homologada por um decreto do presidente, a quem também caberia a nomeação de interventores e a determinação do afastamento do governador José Ignácio Ferreira (PTN). "É muito difícil, num período eleitoral, afastar o governador", disse Brindeiro. (AE)



Gildo Loyola

Ataque

Ignácio, em reunião no Palácio, disse que Reale Júnior não tinha competência

Ignácio fez duras críticas a Reale

Gratz diz que ficou feliz com medida

Feliz. Assim ficou o presidente da Assembléia Legislativa, deputado estadual José Carlos Gratz (PFL), ao tomar conhecimento de que o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, decidiu arquivar o pedido de intervenção federal no Estado.

"Fico feliz em saber que ainda não perdemos a esperança no país. A decisão do Brindeiro veio tranquilizar a ordem do Brasil. É uma demonstração de que as instituições brasileiras estão acima da politicagem. Vejo com naturalidade a decisão do procurador-geral", afirmou Gratz.

Se a intervenção tivesse sido levada à frente, Gratz seria um dos principais afetados - já que o relatório de

a partir de então considerou demitido o ministro da Justiça. As informações foram dadas à noite pelo porta-voz da Presidência, Alexandre Parola.

Novo ministro

A Presidência informou ontem, após a demissão de Reale, que o novo ministro da Justiça é Paulo de Tarso Ribeiro. Ele ocupava a Secretaria de Direito Econômico do Ministério.

De todos os ministérios de

pectativas, tanto o presidente da República e seus auxiliares prometeram ao País um nome de peso na área jurídica.

A promessa foi cumprida com a nomeação de Reale Júnior - que, porém, enfrentou problemas no governo, como vários dos que o antecederam. Um dos resultados da alta rotatividade de ministros da Justiça é a falta de entendimento sobre o chamado Plano Nacional de Segurança, que não consegue ir para a frente.

Presidente da OAB critica procurador

O presidente nacional da OAB, Rubens Approbato Machado, divulgou nota ontem informando que "reagiu com perplexidade ao anúncio do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, de que não haverá mais intervenção federal no Espírito Santo". Segundo Approbato, a Ordem dos Advogados do Brasil teria apresentado provas irrefutáveis que comprovam o domínio do crime organizado em vários setores da vida pública no Estado e que são do conhecimento do Ministério Público.

"Estou perplexo com essa decisão, considerando que a Procuradoria Geral da República participou da reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), do Ministério da Justiça, que decidiu, por unanimidade, pela intervenção. Diante disso, temo pela vida das pessoas que se expuseram publicamente para denunciar o verdadeiro estado de anomia em que vive o Espírito Santo. Temo ainda que essa sensação de impunidade se alastre para o resto do país".

OAB/ES

A Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Espírito Santo (OAB/ES) divulgou ontem uma nota dizendo ter estranhado o arquivamento do pedido de intervenção.

"A OAB/ES entende que cumpriu seu papel institucional ao pedir a intervenção no Estado de forma fundamentada e com provas inequívocas do descontrole sobre a situa-



Marcos Fernandez

Approbato disse que ficou perplexo diante da decisão

ção de criminalidade no Estado. Tanto é assim que o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) manifestou-se favorável à intervenção em reunião que contou com a presença do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, que manifestou-se favorável ao pedido. A OAB/ES estranha o arquivamento do processo e reafirma sua convicção da necessidade de tal medida que, embora drástica, é fundamental para dar um basta à situação de criminalidade organizada, de desrespeito aos direitos humanos e de impunidade no Estado", diz a nota.

De acordo com Brindeiro, essa seria "a melhor solução operacional" para a situação do Espírito Santo, uma vez que não haveria "viabilidade política" para uma intervenção a seis meses do fim de Governo e - na opinião dele - nem mesmo jurídica. "Não cabe ao Supremo Tribunal Federal examinar fatos, mas normas", justificou o procurador-geral, referindo-se ao relatório do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

Oposição vê contradição de Brindeiro

O deputado estadual Claudio Vereza (PT) recebeu com espanto ontem a informação do arquivamento do pedido de intervenção, feito pelo procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro. "É uma notícia impressionante devido à contradição de Brindeiro, que votou a favor da intervenção no Estado e agora decide arquivar sumariamente", avaliou o deputado.

Segundo o parlamentar, mesmo com a decisão do arquivamento a impunidade não deixará de ser combatida no Estado. "A decisão do procurador foi repentina e com conteúdo político forte. Além disso, foi uma desautorização violenta. Mas nossa luta continua", garantiu o deputado estadual.

Ele disse ainda que o pedido de intervenção foi arquivado "sem a devida investigação". "Os membros do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) fizeram um relatório com farta documentação. O conselho é representativo. Não consigo entender o porquê do arquivamento", concluiu.

Já a ex-presidente do PT, Iriny Lopes, que participou de várias reuniões do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, disse ter ficado "chocada" com a decisão de Brindeiro.

"Ele conhece a gravidade da situação do Espírito Santo e acredito que seu posicionamento foi político. Se prevalecer o arquivamento, vamos recorrer a organizações internacionais", afirmou Iriny.

Ignácio fez duras críticas a Reale

O governador José Ignácio Ferreira (PTN) disse ontem que já esperava um posicionamento do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, contrário ao pedido de intervenção federal no Estado. Ainda segundo Ignácio, o ex-ministro da Justiça Miguel Reale Júnior - que pediu demissão ontem - utilizou o Espírito Santo como "bode expiatório" por não ter tido "competência para resolver os problemas a ele afetos".

"O ministro estava sendo pressionado por organismos internacionais por problemas que ele não quis, não pôde ou não soube responder", assinalou o governador. Ele afirmou ainda que vai até as "últimas conseqüências" para descobrir o motivo de uma ação "drástica" contra o Estado.

Ele disse que vai a Brasília hoje para agradecer ao procurador-geral da República por ter tomado a decisão "acertadamente". Ignácio afirmou também que está mantendo contato com organismos internacionais de proteção aos direitos humanos, para apurar o "escândalo que culminou com a renúncia do ministro". Ele relatou também que apoiará a criação de uma força-tarefa para o Estado, por tê-la

solicitado em abril de 1999.

O governador criticou o presidente da seccional capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-ES), Agesandro da Costa Pereira. Segundo ele, Agesandro "saiu de cena". "Parece que foi para o Marrocos", ironizou. Ele afirmou ainda que o presidente da OAB-ES "vivia em surpreendente promiscuidade" com membros da Scuderie Le Cocq.

Manhã

Pela manhã, em uma reunião no Salão Nobre do Palácio Anchieta, o governador já havia criticado duramente o ministro da Justiça.

"Sei a razão da intervenção. É para encobrir, perante os órgãos internacionais, a incompetência do ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, e dos membros do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH). Vou procurar a Anistia Internacional para mostrar que não cabe intervenção no Espírito Santo", disse Ignácio, em um encontro com empresários do setor rural, políticos, representantes da sociedade civil organizada, sindicalistas e outros convidados, onde aproveitou para falar sobre o pedido de intervenção.

competência de que as instituições brasileiras estão acima da politicagem. Vejo com naturalidade a decisão do procurador-geral", afirmou Gratz.


Se a intervenção tivesse sido levada à frente, Gratz seria um dos principais afetados, já que o relatório do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana pedia o afastamento da presidência da Mesa Diretora da Assembléia.

"Eu não me preocupava com essa história de intervenção. Para mim ela não passava de uma piada. Eu tinha certeza de que esse arquivamento ia acontecer. Como poderia passar na cabeça de alguém que haveria intervenção?", questionou.




Claudney Pessôa - 28/12/2001

Gratz diz que não estava preocupado com a intervenção



EMESCAM



AVISO DE EDITAL DE PRORROGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES AO PROCESSO SELETIVO 2002/2

CURSOS DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL, ENFERMAGEM E FARMÁCIA

A EMESCAM torna público, através do presente Aviso de Edital, que fica prorrogado o prazo para as inscrições ao Processo Seletivo 2002/2 da EMESCAM até o dia 12 de julho de 2002, ficando mantido, em todos os seus termos, os Editais de 07 e 10 de junho de 2002, publicado nos jornais A GAZETA e A TRIBUNA em 08 e 12 de junho de 2002 e afixados na hall de entrada da Escola.

Vitória (ES), 08 de julho de 2002

Maria das Graças Correa de Faria
Presidente da Comissão Processo Seletivo

Visto:
Nilo Fernando Rezende Vieira
Diretor da EMESCAM